

Coordenador da AGEMPU participa da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do MPU



O Coordenador-Geral da AGEMPU, Laercio Bernardes participou da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Ministério Público da União, como representante das Associações do MPU, realizada na manhã desta quinta-feira (07) na PGR. Estavam presentes na reunião representantes de classes, e da Administração do MPU e demais ramos.

A necessidade de tratar continuamente questões relacionadas a carreira dos servidores do MPU, deu início a Comissão permanente da Carreira dos Servidores do MPU. A ideia é que essa comissão efetue estudos mais aprofundados sobre os temas que ficaram sem solução e para novas questões que sejam pertinentes.

A reunião foi conduzida pela Secretária de Gestão de Pessoas, Eloá Todarelli, onde foram discutidos temas como Ingresso e desenvolvimento na Carreira.



Ponderou-se a questão da Emenda Constitucional 95 que congela gastos públicos (investimentos), inclusão da Escola Superior do MPU no Plano de Carreira, inclusão das atribuições dos cargos, questão da terceirização, limitação dos percentuais de ocupação de cargo em comissão por servidores do cargo efetivo, Concurso de Remoção, gratificação de pericia, teletrabalho, jornada de trabalho e percentuais do AQ (adicional de qualificação), dentre outros pontos de igual importância.

Na visão de Laercio Bernardes, por se tratar de um tema complexo de grande importância para a categoria se faz necessário Seminário para discutir estes e demais pontos com as demais entidades representativas e o conjunto da categoria.

[Entidades indicam coordenador da AGEMPU para Comissão Interdisciplinar do MPU](#)

AGEMPU participa da primeira reunião com Associações Representativas do MPU



Na manhã desta quarta-feira (06) o Coordenador-Geral da AGEMPU, Laercio Bernardes, se reuniu com representantes das Associações de Classe para tratar das reivindicações dos servidores do MPU. Na reunião também estavam presentes: Elber

Ferreira presidente da ASMIP, Suely Masala presidente da ASMPF, Adeline Castilho vice-presidente da ASEMPT.

Durante a reunião foi tratado entre vários assuntos, destacando-se Plan-Assiste, carreira dos servidores, data-base e ações Jurídicas. A próxima reunião ficou agendada para o dia 18 de fevereiro as 9 horas na sede da ASMPF.

Registre-se que amanhã será realizada a primeira reunião da comissão interdisciplinar que debaterá novo Plano de Carreira do MPU, abaixo link da matéria:

[Entidades indicam coordenador da AGEMPU para Comissão Interdisciplinar do MPU](#)

[AGEMPU participa de Ato a favor da Justiça do Trabalho](#)



AGEMPU participa de Ato Nacional em Defesa da Justiça do Trabalho e dos Direitos Sociais realizada na tarde desta terça-feira, no auditório Nereu

Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). A mobilização é uma realização da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe), a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A programação do Ato Nacional teve pronunciamentos das entidades realizadores e das demais entidades apoiadoras, além de representantes da Procuradoria-Geral do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das universidades e de outros órgãos e entidades ligadas ao Direito do Trabalho. As entidades afirmaram ser um retrocesso o fim da Justiça do Trabalho.



Na opinião do Coordenador Laercio Bernardes todos os brasileiros tem a obrigação de defender a democracia (Justiça do Trabalho e Direitos Sociais), pois, foram conquistados como muita luta e sacrifício.

Ao final, a plenária debaterá a aprovação da ***Carta de Brasília***, que será encaminhada a todos os parlamentares e merecerá, de todas as entidades, a mais ampla divulgação.

*Com informação da comunicação da ANAMATRA

0 Coordenador-Geral da AGEMPU participa de reunião da FONASEFE



A fim de tratar de ações estratégicas relacionadas à Reforma da Previdência e a luta contra a extinção da Justiça do Trabalho, o coordenador nacional do MAS- Movimento Acorda Sociedade, Nery Jr, a diretora executiva da Seção SP do SindMPU – Elizabeth Zimmermann, também coordenadora de relações intersindicais do MAS e Laércio Bernardes, coordenador-geral da AGEMPU, compareceram à última reunião do FONASEFE (Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal).

Considerando a natureza das PECs das quais abaixo informaremos e considerando, ainda, ser algo do interesse dos trabalhadores – sejam eles do setor público ou privado, buscaram o FONASEFE, no sentido de solicitar apreciação da matéria pelas Diretorias que compõem esse fórum para encaminhamento à Reunião Ampliada que acontecerá no próximo dia 17 de fevereiro.

O MAS – Movimento Acorda Sociedade busca apoio nas seguintes proposições:

1 – PEC 407/2018 – Estabelece o princípio da confiança legítima em matéria previdenciária.

Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Ementa: Altera o parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para incluir o princípio da confiança e dá outras providências.

“Pretende-se evitar o calote social. Qualquer mudança em matéria previdenciária deverá observar o princípio da confiança, salvo norma mais benéfica. Mudanças na legislação serão aplicadas apenas para os novos filiados obrigatórios ou para aqueles que perderam a condição de segurado, na forma da lei”, reforça.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2169596>

2- PEC 442/2018 – Objetiva-se alterar o artigo 62 da CF/88 para vedar edição de medidas provisórias em matéria de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário.



No passado, o governo elevou de 11% para 14% a alíquota referente à contribuição previdenciária dos servidores.

Essa medida foi apresentada por meio da MP 805 – objeto de vários ajuizamentos com decisão do STF, que suspendeu seus efeitos.

Atualmente, o Presidente da República pode promover uma série de medidas por meio de Medidas provisórias, a exemplo das regras relacionadas a Pensão, dentre outras.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2186256>

3 – O MAS defende, ainda, a necessidade de apoio a PEC 220/2016 – Data-base

Situação: Aguardando Designação
de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Ementa:

Acrescenta o § 13 ao artigo 37 da Constituição Federal, para que a revisão geral anual não seja inferior à variação inflacionária.

<http://www.sitraemg.org.br/pec-da-data-base-de-auditoria-do-sitraemg-e-apresentada-camara-por-domingos-savio/>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084719>

No que tange à matéria
infraconstitucional:

O MAS atua pela aprovação do
PLS 228/2018 –

Ementa: Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.

Explicação da Ementa: Decorrente de Ideia Legislativa do e-cidadania, tipifica como crime de responsabilidade a omissão do Chefe do Poder Executivo em propor a revisão salarial anual dos agentes públicos (CF art. 37, X).

Por fim, as entidades integrantes do MAS deliberaram pela defesa da Justiça do Trabalho. Uma vez que houve uma sinalização do Presidente da República quanto à sua extinção. É tempo de união, muito trabalho e, sobretudo, atuar em sinergia e parceria com as diversas entidades para fazer a resistência ao Desmonte da Previdência Pública. Trata-se de uma necessidade que foi imposta pela conjuntura política.

Precisamos maximizar os esforços institucionais das entidades. Faz-se necessário um esforço de mídia e nas redes sociais – no sentido de mobilizar a sociedade brasileira, acerca dos riscos e retrocessos enraizados nas propostas do governo em relação aos direitos sociais e as estruturas existentes que fazem o balizamento quanto à efetividade e aplicação das normas.

Convocatória de Assembleia Geral Extraordinária



A Diretoria colegiada da AGEMPU – Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU/CNMP, conforme disposto no Estatuto nos Art. 10-A, Art. 11, Art. 12, Art. 14, Art. 18 e Art. 19, convoca todos os associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 21 de fevereiro de 2019, na sede desta associação, situada SAF SUL Quadra 04 Lote 03 Bloco B Subsolo – DTI – Brasília, com a seguinte pauta:

- 1- Informes gerais;
- 2- Alterações Estatutárias;
- 3- Comissão Permanente de Carreira do MPU;
- 4- Encaminhamentos.

A Assembleia será iniciada às 14:00, em primeira chamada. Não havendo quórum, iniciará às 14:30 no mesmo local, com qualquer número de associados.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2018.

Diretoria Colegiada

Próximo Atendimento Jurídico

ATENDIMENTO JURÍDICO



Sexta-feira, dia 01 de fevereiro de 2019, a partir das 10 horas. Interessados ligar na secretária da AGEMPU e colocar nome na lista de atendimento.

Telefone: (61) 3223-6707
(61) 3224-9273

Recadastramento e entrega dos brindes 2019

Caros Associados,

Em virtude da entrega dos brindes de 2019, a Diretoria Colegiada da AGEMPU, solicita a todos os associados que tiveram alteração de lotação, endereço, telefones e e-mail, que por gentileza façam o recadastramento. Podem ser realizado pelo e-mail ou usar o site na guia de filiação para enviar os dados atualizados. Informamos que o prazo para atualização será até a próxima sexta-feira, dia 10 de fevereiro de 2019.

Nome:

Lotação:

Endereço:

E-mail:

Respeitosamente,

Diretoria
Colegiada

Pedido das Entidades Representativas do MPU é atendida pelo Conselho Gestor do Plan-Assiste

O Conselho Gestor do Programa de Saúde e Assistência Social do MPU (Plan-Assiste/MPU) aprovou a possibilidade de titulares do plano (membros e servidores) manterem como beneficiários do programa de saúde pais que deixaram de atender ao requisito de dependência econômica do titular junto ao Imposto de Renda. Tal pedido era pauta das Entidades Representativas do MPU (AGEMPU, ASMPF, ASEMPT, ASMIP e ASCNMP) em reuniões com o Secretário-Geral do MPU, Dr. Alexandre Camanho.

A mudança tem como objetivo oferecer aos beneficiários uma opção menos onerosa que trará tranquilidade e segurança aos usuários. A medida também visa a redução de impactos econômico-financeiro sobre as contas.

Em 2018, 195 beneficiários-pais foram excluídos do Plan-Assiste potencialmente em função da perda de dependência econômica e o não atendimento do requisito de dependência do IR. Para continuar com acesso ao plano, o beneficiário titular deve provar que o pai ou a mãe possuiu vínculo ininterrupto de pelo menos cinco anos com o Plan-Assiste.

Para compensar o respectivo repasse do orçamento da União, o Plan-Assiste

descontará adicional de 50% sobre a contribuição regular relativo a esse dependente.

RECESSO DE FIM DE ANO

Comunicamos que, em razão das festividades de final de ano, a AGEMPU entrará em recesso a partir do dia 24 de dezembro de 2018, retornando às atividades normais no dia 07 de janeiro de 2019, período em que não haverá atendimento ao público.

Nos desejamos um feliz natal e um próspero ano novo a todos!



13 ANOS DE AGEMPU



13 de dezembro

Dia em que comemoramos a fundação da AGEMPU. Completamos 13 anos de batalhas e vitórias. Em 2005 foi necessária a criação de uma entidade que representasse os Técnicos de Segurança e Transporte. Hoje a AGEMPU defende os Agentes de Segurança Institucional de todo o Brasil. Agradecemos aos nossos associados por acreditarem em nossa representação.

**CONTINUE CONOSCO E FORTALEÇA NOSSA
CATEGORIA.**